

Špánková, Silvie; Macedo, Helder

Macedo, Helder (1935): Partes de África (1991)

In: Špánková, Silvie. *(Des)colonização na literatura portuguesa contemporânea : breve antologia de textos literários e ensaísticos com atividades*. 1. vyd. Brno: Masarykova univerzita, 2014, pp. 66-68

ISBN 978-80-210-7053-0; ISBN 978-80-210-7056-1 (online : Mobipocket)

Stable URL (handle): <https://hdl.handle.net/11222.digilib/130545>

Access Date: 17. 02. 2024

Version: 20220831

Terms of use: Digital Library of the Faculty of Arts, Masaryk University provides access to digitized documents strictly for personal use, unless otherwise specified.

Macedo, Helder (1935): *Partes de África* (1991)

A narrativa é singular de vários pontos de vista: para além de exibir um género híbrido entre ficção, ensaio e memórias, é uma verdadeira autópsia do colonialismo português e, acima de tudo, uma original reflexão política acerca de um destino nacional.

O grande problema em São Tomé era como evitar o inspector da PIDE. Outro, é que ninguém o procurava evitar. Mal eu tinha saído do avião para as férias grandes depois do meu primeiro ano de Direito, já o homem estava à minha frente no aeroporto, de máquina fotográfica ao pescoço, passinhos laterais que nem a quizumba do Pimpão, pequeno, olhos amalandrados, sorriso fácil. Mas não, nada de sinistro nos olhos nem no sorriso. A malandrice era bem disposta, o sorriso de quem se sentia bem na vida. E no dia seguinte de manhã, antes mesmo do pequeno-almoço, bateu-me à porta para saber se eu queria ir com ele no jipe dar um passeio pela ilha. Recusei, sem procurar qualquer desculpa. Sorriso cordialíssimo: ficaria para a próxima, certamente nos encontraríamos muito em breve, «aqui não há como não».

Isto foi quase dois anos antes da campanha eleitoral do general Delgado, não tinha especiais razões para rechar a PIDE, mas fiquei nervoso e inquieto, avolumando as poucas que teria: o meu nome na lista democrática da associação dos estudantes da Faculdade que foi proibida; a rotina com que se começava as tardes no café Gelo, indiscriminadamente assinando petições, protestos, panfletos, tudo o que a furtiva militância de café em café nos trouxesse à mesa e que assinávamos sem ler, desde que fosse contra, numa espécie de purga burocrática antes de iniciarmos as noites libertárias.

Aos meus protestos ao almoço sobre se agora até estava sob vigilância policial (é a rebeldia, e não a caridade, que geralmente começa em casa), o meu pai comentou que talvez não fosse má ideia e a minha mãe explicou que o inspector (hesito se lhe devo dar o nome real, já que esta é mais uma das minhas personagens concentradas, segundo o método de Taine) que o inspector Lobo dos Santos era o homem mais popular da ilha, sobretudo entre os forros, a população local descendente dos escravos libertos: o seu único inimigo declarado era o presidente da União Nacional. Nós, no Gelo, estávamos numa de cultivar o absurdo, mas isto era o mundo às avessas.

E no entanto a popularidade do Dr. Lobo dos Santos, a gratidão à PIDE por parte das populações locais eram merecidas. Fora ele, foi a PIDE que os salvou do Gorgulho (este nome não se pode melhorar), o governador que tinha inventado a «guerra do Batepá» e depois inventara uma revolução para justificar os massacres com que reprimira a guerra que não houve. Ou alguém inventou tudo por ele e ele acreditou, tendo mandado

matar gente às centenas, ficando de binóculos virados para o mar a ver se via os barcos de Libreville chegar para a invasão, esgotando numa semana todas as munições que havia na ilha, incitando os trabalhadores moçambicanos - os «moçambiques» - a dar vazão aos seus ressentimentos de semi escravos no «sangue de forro» dos negros livres. Os cidadãos mais respeitáveis da aristocracia negra - médicos, advogados, engenheiros, proprietários de pequenas roças - eram os óbvios cabecilhas, de modo que alguns deles foram torturados até confessarem: choques eléctricos engenhosamente improvisados em cadeiras de metal, bolas de ferro nos pés e pedregulhos ao pescoço a ver se ainda sabiam nadar ao fim de algumas horas na piscina municipal com água até ao queixo, mergulhos ensanguentados no mar infestado de tubarões. Era a segunda comissão do governador Gorgulho e a sua grande ambição era o governo-geral de Angola. E a verdade é que a sua administração em S. Tomé tinha sido das melhores até então, estava a agradar em Lisboa, não estava a desagradar na colónia. Angola era uma distinta possibilidade se resolvesse o eterno problema da mão-de-obra para as roças. Em primeiro lugar considerou que era necessário retirar à colónia as suas conotações escravagistas, calar a malevolente campanha internacional da Cadbury's, aumentar a imigração voluntária. Convenceu os roceiros de que os castigos corporais não deviam deixar muitas marcas e de que os contratos dos trabalhadores que permanecessem saudáveis deviam ser respeitados, para que eles próprios se tornassem agentes de propaganda nas terras aonde regressassem; abriu o recrutamento a Cabo Verde, onde havia seca; insistiu em que os salários fossem pagos como estipulado e não descontados para transporte, alojamento e alimentação. Mas os cabo-verdianos começaram logo a criar problemas. Recusavam-se a ir sem as mulheres, enquanto os moçambicanos não podiam levar as suas, o novo poder de compra dos moçambicanos permitiu alguns presentinhos clandestinos às cabo-verdianas na esperança de uma grimpadela rápida. Resultado: ciúmes, rixas, facadas. Além de que os cabo-verdianos eram cidadãos, como os forros, enquanto os moçambicanos tinham estatuto de indígenas, embora certamente não dali. Enfim, criou-se uma certa confusão, agravada por inesperadas chuvas em Cabo Verde e pela falta de patriotismo dos moçambicanos, que apesar de todos os esforços persistiam em preferir as minas do Rand. Pelo que o governador Gorgulho decidiu que a solução final do problema da mão-de-obra de São Tomé tinha de ser encontrada entre os forros locais. Mas os forros desde a abolição da escravatura que se haviam recusado a trabalhar nas roças onde os antepassados tinham sido escravos, numa lógica que o governador considerava perversa e reveladora de mau carácter. Para mais a terra era fértil, espetava-se uma bengala no chão e crescia logo feita árvore, havia mais coelhos do que donos, mais fruta do que bocas, mais cacau exportado do que oficialmente produzido. Uma espécie de jardim do

Paraíso na selva do Diabo. Daí o decreto: qualquer forro encontrado em casa ou fora de casa durante as horas de serviço seria preso como vadio e enviado para as roças. As primeiras rusgas renderam bastante, prometiam Angola. Depois aconteceu o desastre: a guarda foi à aldeia de Bate-pá, perto da Trindade. Não encontrou ninguém, só um grande silêncio nas casas vazias. Mas o tenente miliciano que comandava o pelotão era vivaço, isso de pretos a armar em espertos não tolerava, ouviu um ruído do lado das árvores e, certo e sabido, lançou a mão e agarrou um braço. O qual, puxado, trouxe atrás uma criança de quatro ou cinco anos, que tinha iludido a vigilância dos adultos escondidos para ir espreitar o excitante espectáculo da guarda. O tenente quis saber onde estava o papá e a mamã, sacudiu a criança a ver se saía resposta, só saíram chores e berros, calou-os com uma coronhada na cabeça. Foi então que uma catana voou de entre as árvores, acertando no pescoço do tenente. O pelotão destroçou rápido para os jipes, um festival de catanadas fez o resto, até não haver mais do que postas de tenente. E foi isto a guerra do Bate-pá. Ou teria sido, se o governador deixasse que fosse. Mas queria punições exemplares, cabecilhas, nomes. Que lhe foram fornecidos logo no dia seguinte, acrescentados do plano de uma célula comunista que insidiosamente já teria a ilha sob controle e até já teria estabelecido ligações secretas com Libreville, para a invasão. Nem o ministro das Colónias acreditou. Mas mandou a PIDE.

(MACEDO, Helder. *Partes de África*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 66–68)

Atividades:

1. Comente o conflito descrito no extrato.
2. Defina a identidade e posição do narrador.